



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA

CNPJ 23.539.463.0001/21

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Otávio Carneiro, 1.102 – Santo Antônio – Pirapora/MG

Fone: 38 3740 - 6221/ Site: www.pirapora.mg.gov.br

E-mail: licitacao.sesau.pirapora@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

005/2024

CONTRATANTE (UASG)

985023

OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE “REFERÊNCIA”, FRUSTRADOS NO PROCESSO LICITATÓRIO 084/2023, A FIM DE CUMPRIR ORDENS JUDICIAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 216.835,74 (Duzentos e dezesseis mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO

09/04/2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço POR ITEM

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADASSIM



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	5
4. FASE DE LANCES.....	7
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
6. HABILITAÇÃO.....	10
7. CONTRATAÇÃO.....	11
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	11
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	16
APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICOPRELIMINAR.....	34
ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.....	46
ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA.....	56
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA.....	57
ANEXO V – VALOR MÁXIMO ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO	58



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024

(Processo Administrativo nº026/2024)

Torna-se público que o Município de Pirapora/MG, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço POR ITEM*, na hipótese do art. 75, inciso III, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 044/2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 09/04/2024

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

Link: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: *menor preço POR ITEM*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de medicamentos e produtos de “referência” para atender à ordens judiciais, por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço POR ITEM*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação no presente processo ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A presente dispensa é de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. *sociedades cooperativas.*

2.4. empresa que possui um dos sócios impedido de participar deste processo por força do Art. 123 da Lei Orgânica Municipal de Pirapora, qual seja: O Prefeito, o Vice - prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até os 06(seis) meses depois do desligamento do cargo. A proibição se aplica ainda às pessoas ligadas ao Prefeito, o Vice - prefeito, os Vereadores e os Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive por adoção subsistindo a proibição até 06 (seis) meses depois do desligamento do cargo. Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo observar o modelo contido no ANEXO III.

3.2.1. **O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os itens, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso. 3.12.1.1. Sem prejuízo do



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo *VALOR DO ITEM*.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que estejando o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **1% (um por cento)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. contiver vícios insanáveis;



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis;
- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo máximo de duas horas, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, a funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
 - 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização docertame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 9.12.2. APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA – Estudo Técnico Preliminar
- 9.12.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 9.12.4. ANEXO III – Modelo Proposta Comercial
- 9.12.5. ANEXO IV – (...)Modelo Declaração Conjunta
- 9.12.6. ANEXO V – VALOR MÁXIMO ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO

Pirapora, 26 de março de 2024.

Cícera Dayane Andrade Queiroz Soares

Agente da Contratação



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1Aquisição de medicamentos e produtos de “referência”, frustrados no processo licitatório 084/2023, a fim de cumprir Ordens Judiciais que condenou o Município de Pirapora a adquirir e fornecer medicamentos pleiteados judicialmente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2Para aquisição dos medicamentos que visam cumprir ordens judiciais é necessário a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), conforme regulamentado pela Resolução nº. 3, de 2 de março de 2011, é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos.

1.3Descrição do objeto:

ITEM	QUANT.P/ 180 DIAS	UN	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.	360	COM	NEOTIGASON 25mg	R\$ 9,44	R\$ 3.398,40
2.	6	FR	Adaptis 1% frasco	R\$ 59,37	R\$ 356,22
3.	6	FR	Adtil-gotas	R\$ 19,65	R\$ 117,90
4.	30	FR	Allegra pediátrico 6mg/mL, frasco com 60 mL	R\$ 36,09	R\$ 1.082,70
5.	6	FR	Cetaphil loção, frasco 473ml	R\$ 93,98	R\$ 563,88
6.	12	FR	Cetrilan Sabonete Líquido, frasco de 120 ml	R\$ 53,78	R\$ 645,36
7.	180	COM	Combodart (0,5mg de dutasterida + 0,4mg de cloridrato de	R\$ 3,68	R\$ 662,40



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

			tansulosina)		
8.	6	FR	D-PREV 1000 ui/gt	R\$ 50,61	R\$ 303,66
9.	6	Uni.	Colírio Systane (10ml)	R\$ 65,38	R\$ 392,28
10.	360	COM	Donaren 50mg-	R\$ 1,63	R\$ 586,80
11.	180	COM	Doss 1000 UI	R\$ 1,45	R\$ 261,00
12.	120	Uni.	Insulina Novo Rapid Flexpen	R\$ 80,90	R\$ 9.708,00
13.	12	Uni.	Insulina Tresiba caneta	R\$ 194,74	R\$ 2,336,88
14.	48	FR	Kepra 100mg/mL-	R\$ 145,17	R\$ 6.968,16
15.	2160	COM	Kepra 250mg	R\$ 2,37	R\$ 5.119,20
16.	90	COM	Lasix 40mg	R\$ 1,06	R\$ 95,40
17.	6	AMP	Lucentis	R\$ 3.120,06	R\$ 18.720,36
18.	6	FR	Lunah	R\$ 51,85	R\$ 311,10
19.	12	FR	Nasonex 0,5mg/g spray nasal (60 atomizações) -	R\$ 63,04	R\$ 756,48
20.	180	COM	Natrilix SR 1,5mg	R\$ 1,63	R\$ 293,40
21.	6	FR	Optive Colírio, frasco de 15 ml	R\$ 82,93	R\$ 497,58
22.	12	FR	Patanol S Colírio	R\$ 71,11	R\$ 853,32
23.	720	COM	Pradaxa 110mg	R\$ 5,59	R\$ 4.024,80
24.	360	COM	Pradaxa 150mg	R\$ 5,59	R\$ 2.012,40
25.	3	AMP	Prolia 60mg/mL	R\$ 921,66	R\$ 2.764,98
26.	180	COM	Ritmonorm 300mg	R\$ 4,33	R\$ 779,40
27.	90	FR	Somatropina 12UI	R\$ 202,12	R\$ 18,190,80
28.	6	FR	Spiolto 2,5mcg + 2,5mcg	R\$ 344,29	R\$ 2.065,74
29.	540	COM	Tegretol CR 400mg	R\$ 2,94	R\$ 1.587,60
30.	900	COM	Torval CR 500mg	R\$ 2,36	R\$ 2.124,00
31.	360	COM	Tramal liberação	R\$ 10,07	R\$ 3.625,20



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

			prolongada 100mg		
32.	900	COM	Trileptal 300mg	R\$ 3,18	R\$ 2.862,00
33.	60	FR	Trileptal 6%, frasco com 100 mL	R\$ 71,85	R\$ 4.311,00
34.	540	COM	Trileptal 600mg	R\$ 5,95	R\$ 3.213,00
35.	6	FR	Triplenex 5ml 0,1mg/mL+ 1,5mg/mL+6,83mg/mL	R\$ 225,81	R\$ 1.354,86
36.	270	COM	Ursacol 300mg	R\$ 9,16	R\$ 2.473,20
37.	180	COM	Vecasten	R\$ 3,74	R\$ 673,20
38.	360	COM	Venalot Comprimido (CUMARINA, TROXERRUTINA)	R\$ 2,12	R\$ 763,20
39.	12	Unid.	Venalot Creme 240ml (5 mg de cumarina e 50 UI de heparina sódica)	R\$ 67,92	R\$ 815,04
40.	180	COM	Venvanse 70mg	R\$ 18,66	R\$ 3.358,80
41.	180	COM	Vielut 10mg	R\$ 2,44	R\$ 439,20
42.	180	COM	Vitalux Plus Ômega 3	R\$ 1,70	R\$ 306,00
43.	180	COM	Xarelto 15mg	R\$ 11,48	R\$ 2.066,40
44.	180	COM	Xarelto 20 mg	R\$ 11,62	R\$ 2.091,60
45.	360	COM	Xigduo XR 5mg/1000mg (dapagliflozina e a metformina)	R\$ 3,96	R\$ 1.425,60
46.	378	COM	KISQALI SUCCINATO DE RIBOCICLIBE 200mg	R\$ 243,30	R\$ 91.967,40
47.	180	COM	Duomo HP	R\$ 4,10	R\$ 738,00



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

48.	24	UNID	Insulina Humalog lispro - refil	R\$ 149,71	R\$ 3.593,04
49.	360	COM	Mantidan 100mg	R\$ 1,23	R\$ 442,80
50.	360	COM	Eliquis 5mg	R\$ 4,93	R\$ 1.774,80
51.	180	COM	Proso D+ KM 2000UI	R\$ 5,34	R\$ 961,20
TOTAL ESTIMADO					R\$ 216.835,74

1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818/2021.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4 A entrega deverá ser efetuada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, mediante o fornecimento da ordem de compra por meio eletrônico, por parte do Setor Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde.

1.5 O fornecedor deverá apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA, Licença de Funcionamento da empresa, emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, dentre outros documentos que pela especificidade do objeto seja exigido no contrato.

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7 conforme pesquisa de preços realizada, sintetizada na tabela acima o custo estimado total da contratação é de R\$ 216.835,74 (Duzentos e dezesseis mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Do enquadramento legal (art. 22, inciso I do Decreto Municipal nº 042/2023)

2.1 A contratação enquadra-se no disposto da Lei n. 14.133/2021, especialmente no artigo 75, inc. III e VIII, determinam que:

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

2.2 A descrição da necessidade da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 22, inciso V do Decreto Municipal nº 042/2023)

4.1 A licitante deverá apresentar a documentação exigida no aviso da contratação, sendo documentos comprobatórios das empresas participantes.

4.2 O material a ser adquirido deverá satisfazer às especificações contidas neste termo de referência e ser fornecido na quantidade relacionada e serão entregues nos locais, dia e horário previamente agendados pela Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde.

4.3 Todos os produtos entregues deverão estar acompanhados de um comprovante de recibo o qual constará a assinatura do recebedor, em duas vias (uma via para o fornecedor e um para a unidade). Os produtos devem ser conferidos de acordo com a ordem de fornecimento, quantidade e qualidade. Caso não estejam de acordo com as normas, os mesmos deverão ser devolvidos juntamente com o comprovante de entrega não assinado.

Sustentabilidade

4.4 Em atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, que os produtos apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local e; mão de obra livre. Além disso, deverá adotar princípios sustentáveis, visando o atendimento das exigências contidas na legislação federal e em consonância com os princípios de responsabilidade socioambiental que norteiam a atuação dessa



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

Administração.

4.5 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Plano Diretor, Art. 4º:

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

Subcontratação

4.6 É vedada a subcontratação do objeto.

Garantia da contratação

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que não haverá antecipação de pagamento.

5 EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 Os itens, deverão ser entregues em remessa única, **de acordo com a ordem de fornecimento**, no máximo, em 15 (quinze) dias corridos, diretamente no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na AV. Otávio Carneiro, 337 e 345, bairro Santo Antônio – CEP: 39.272-150, onde o horário de funcionamento é das 08:00h às 17:00h de segunda a sexta-feira (dias úteis).

5.2 O fornecedor que se recusar a atender as solicitações e/ou entregar medicamentos/produtos fora das especificações será aplicado às penalidades cabíveis e ficará impossibilitado de contratar com o município por um período de 02 (dois) anos.

5.3 O medicamento deverá, no ato da entrega, ter validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega;

5.4 O medicamento deverá vir acondicionados em embalagens íntegras dentro do prazo de validade estipulado e deverá ser transportado conforme normas vigentes, mantendo o controle de temperatura e umidade;

5.5 O armazenamento e transporte deverão ser feitos dentro do preconizado. Os produtos deverão estar devidamente protegidos do pó e variação de temperatura, conforme resolução da ANVISA nº 329 de 22/07/99.

5.6 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto referentes à temperatura, umidade e empilhamento, etc;

5.7 As embalagens devem conter as respectivas bulas e demais exigências legais previstas para o



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

cartucho e rotulagem, e, o texto de acordo com orientações do Ministério da Saúde e código de defesa do consumidor, inclusive número de lote, data de fabricação e prazo de validade;

5.8 As embalagens primárias individuais dos produtos (ampolas, blisters, frascos), devem apresentar número do lote, data de fabricação e prazo de validade;

5.9 Os produtos acondicionados em bisnagas devem apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para rompimento;

5.10 Produtos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes para aplicação, quando for o caso;

5.11 Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor vencedor, a administração por meio de seu representante, reduzirá a termos os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes;

5.12 Ressaltamos que para atender às exigências legais é preciso considerar:

5.13 As notas fiscais deverão ser emitidas com os valores conforme as autorizações emitidas. Deverão ser do tipo eletrônica de produto/venda. A emissão dessas se dará conforme entrega realizada, de acordo com as regulamentações vigentes. Local de entrega das notas fiscais: Secretaria de Saúde de Pirapora/MG.

5.14 As notas fiscais deverão conter obrigatoriamente os números dos lotes dos produtos nelas constantes, em cumprimento à RDC 320/2002 (art. 1º, inciso I);

5.15 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.16 **Obrigações da contratada**

5.17 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e contrato, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.18 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

5.19 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.20 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Obrigações da contratante

5.21 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e demais documentos;



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

5.22 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento do objeto;

5.23 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.24 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

5.25 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos;

5.26 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Da equipe de gestão e fiscalização



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

6.6 A equipe de gestão e fiscalização do contrato será composta pelos servidores abaixo relacionados, nos termos do art. 11º da Decreto Municipal nº 041/2023:

6.6.1 Gestor do Contrato

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SECRETARIA
Rafael de Paula Lana -Matricula:	Secretário Municipal	Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Fiscalização

6.6.2 Fiscalização Técnica

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SECRETARIA
Karla Priscila Soares Coelho Mat. 13.303	Farmacêutica	Secretaria Municipal de Saúde
Ângela A. Monteiro Camargo - Mat. 13.712	Fisioterapeuta (Comissão De Judicialização)	Secretaria Municipal de Saúde
Walmir Pinto De Carvalho Junior - Mat. 10816	Especialista Em Saúde II	Secretaria Municipal de Saúde

6.6.3 Fiscalização Administrativa

NOME DO SERVIDOR	CARGO	SECRETARIA
Denize dos Santos Pereira Mendes - Matrícula: 13247	Assistente Técnico Administrativo	Secretaria Municipal de Saúde

Fiscalização.

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto Municipal nº 041/2023](#)

– Seção V).



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

Fiscalização Técnica

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.9 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 041/2023);

6.10 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 041/2023, art. 29).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 041/2023, art. 29).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 041/2023, art. 29).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 041/2023, art. 29).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 041/2023, art. 29).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 041/2023, art. 29).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Os itens serão recebidos provisoriamente durante o prazo de 5 dias, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.6 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.7.1 o prazo de validade;

7.7.2 a data da emissão;

7.7.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.7.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.7.5 o valor a pagar; e

7.7.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.9 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.15 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.16 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.17 O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

7.18 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como realizada a transferência bancária para pagamento.

7.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.21 Em atendimento ao Decreto Municipal nº 13 de 07 de fevereiro de 2023, bem como Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, alterada pela IN RFB nº 2.145/2023, o documento fiscal apresentado deverá conter a indicação do valor da retenção Imposto de Renda na fonte.

7.22 As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso III da Lei nº 14.133/2021), que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será parcelada, almejando a economia em escala e o atendimento ao disposto no Art. 40, V - b e §2º, Lei 14.133/2021

Exigências de habilitação

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

Habilitação jurídica

9.16 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.17 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.18 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.19 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.20 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.21 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.22 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.23 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.24 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.25 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.26 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.27 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); declaração conjunta de inidoneidade, não emprega menor art. 7º, inc. XXXIII da CF e relação de parentesco conforme art. 123 da Lei Orgânica Municipal (conforme modelo em anexo);

9.28 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.29 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.30 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.31 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.32 O fornecedor deverá apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA, Licença de Funcionamento da empresa, emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual.

9.33 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

10 DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é R\$ 216.835,74 (Duzentos e dezesseis mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos) conforme pesquisa de preços realizada.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação: 120210.303.2018.4039.3339030000000.15000002

Reduzido: 4205 **Fonte:** 15000002

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A Contratante reserva para si o direito de não aceitar ou receber os itens em desacordo com o previsto neste termo, podendo cancelar o contrato nos termos dos Arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas.

12.2 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Contratante e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para execução do objeto licitado, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados.

Pirapora, 09 de fevereiro de 2024.

Walmir Pinto De Carvalho Junior - Matrícula: 10816
Farmacêutico
Comissão de Planejamento das Contratações - SESAU



APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Número: 004/2024 - SESAU

Unidade Administrativa de Origem: Secretaria Municipal de Saúde

Titular do Cargo: Rafael de Paula Lana

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar:

Nome: Walmir Pinto De Carvalho Junior

Matrícula: 10816

Ato de nomeação: Portaria nº 17, de 30 de janeiro de 2024.

1.1. DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO:

1.1.1 Dispensa
de Licitação para aquisição de medicamentos e produtos de “referência”, frustrados no processo licitatório 084/2023, a fim de cumprir Ordens Judiciais que condenou o Município de Pirapora a adquirir e fornecer medicamentos pleiteados judicialmente.

2.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

2.1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1.1 A
presente dispensa de licitação tem por objetivo atender a demanda em caráter especial e de urgência pelo período de 180 dias, motivado pelo desabastecimento, no município, dos medicamentos, em razão de ordem judicial, fazendo-se necessário a realização por aquisição direta, com dispensa de



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

licitação conforme estabelece nos termos do artigo 75, III e VIII, da Lei nº 14.133/2021 e das demais normas aplicáveis à espécie.

2.1.2

Considerando que após realizado o Processo Licitatório nº 084/2023, para aquisição de medicamentos Éticos, Genéricos e Similares (Tabela AZ CMED/ANVISA), a fim de atender toda a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora, os lotes 1 e 2 (Medicamentos e produtos cosméticos de Referência) foram frustrados, como comprova a Ata do referido certame.

2.1.3

Considerando que decisões judiciais devem ser cumpridas, sob pena de sanções civis, como as medidas previstas no artigo 461, § 5º, do Código de Processo Civil, administrativas e penais, a exemplo do crime de desobediência, art. 330, do Código Penal. Por isso, a ordem judicial, enquanto válida e eficaz, deve ser acatada pela Administração Pública, em particular quando determina o fornecimento gratuito de medicamento.

2.1.4

esse processo de dispensa de licitação foram considerados de “referência” todos os medicamentos e produtos cosméticos que de acordo com a decisão judicial determina uma marca específica e não se enquadram como Similares, ordenando ao município a fornecer determinada marca.

2.1.6. Assim, a decisão judicial, por sua vez, pode configurar a hipótese de emergência prevista na lei, não se eximindo o administrador de formalizar seus motivos, expondo em detalhes o caso e apurando se a urgência persiste. Nessa situação, em regra, o objetivo é evitar maiores prejuízos ao destinatário final do medicamento, oportunizando melhores condições de vida, ou até salvá-lo de morte iminente.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO

3.1 O Plano de Contratações Anual – PCA é uma ferramenta de planejamento das contratações públicas abrangendo aquisição de bens e contratação de serviços e obras dos órgãos e entidades estaduais, garantindo a integração ao planejamento estratégico e orçamentário das unidades. A Lei Federal nº 14.133/21 contempla a elaboração do Planejamento Anual de Contratações, o qual trata-se de um instrumento importantíssimo na construção de uma gestão de excelência. Desta forma, no artigo 12, inciso VII, há orientação no sentido de regulamentar, dentro de cada administração, a



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

existência de um plano anual de contratações, providência que demonstraria um passo adiante no tocante ao planejamento. Nesse sentido a Administração está em processo de elaboração do Plano de Contratações Anual, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 133/2023, que regulamenta o PCA no âmbito Municipal, comprometendo a empenhar todos os esforços necessários para a elaboração e atualização periódica do Plano de Contratação Anual, garantindo total transparência e conformidade com as normas estabelecidas.

3.2 Quanto ao alinhamento ao planejamento estratégico do órgão, objetiva-se garantir a disponibilidade do medicamento ao usuário final em razão de ordem judicial. A judicialização da Saúde é um fenômeno de elevada complexidade onde a demanda é crescente e incerta. A Secretaria de Saúde de Pirapora vem construindo soluções metodológicas para a análise e solução da judicialização da saúde no município.

3.3 A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional da Prefeitura Municipal de Pirapora, bem como às leis orçamentárias vigentes deste município (PPA, LDO e LOA).

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

4.1 Para o bom desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, a aquisição deverá atender as seguintes necessidades e exigências:

- a) Os itens a serem adquiridos deverão satisfazer às especificações contidas no Termo de Referência;
- b) Serem fornecidos nas quantidades especificadas na ordem de compra;
- c) Ser entregues nos locais, dia e horário previamente agendados, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, após o envio da ordem de compra, via meio eletrônico;
- d) No preço unitário do item, já deverá estar incluso todos os impostos, taxas, encargos e entrega;

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1 A presente aquisição visa atender as necessidades dos favorecidos em ordem judicial, que será pormenorizado no Termo de Referência, no qual os itens no Processo licitatório 084/2023, foram frustrados, conforme ata do referido certame, assim visa atender, por um período de **180 dias** a demanda de acordo com os relatórios médicos.



6. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6.1 ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

6.1.1 A última contratação foi realizada através do PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2023 ao qual foi frustrado os medicamentos de “Referência” objeto deste estudo.

6.2 LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

6.2.1 Das soluções

Solução 1: Aquisição dos medicamentos e produtos cosméticos de referência por meio do sistema de registro de preços:

Solução 2: Contratação direta com dispensa de licitação, tendo como base o Art. 75, III:

Art. 75. É dispensável a licitação:

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

6.2.2 Das análises

Solução 1: Esta solução evita que os medicamentos e produtos cosméticos fiquem em estoque e percam sua validade, sendo sua aquisição proporcional à demanda. Entretanto, houve, recentemente um processo licitatório nº 084/2023, no qual os medicamentos e produtos cosméticos de referência frustraram, conforme ata anexo.

Solução 2: Contratação direta com dispensa de licitação – Nessa situação a Lei buscou resguardar a efetividade da pretensão contratual, o próprio interesse público. Este, por conta da necessidade de atendimento que seria prejudicado pela natural demora do procedimento licitatório e seus trâmites burocráticos. Ademais, devido item frustrado em licitação anterior o art. 75 da Lei 14.133/2021, inciso III, dispõe:



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

“III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

- a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;
- b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;”

“VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;”

6.3 Da Conclusão:

Com o exposto, diante desse desafio da massiva judicialização da saúde, é necessária a aquisição dos medicamentos e produtos cosméticos de referência rapidamente e muitas vezes a demora do processo de licitação não é capaz de proporcionar a compra no tempo devido, ademais o recente processo licitatório, feito nos termos da solução 1, não logrou êxito. Nesse contexto, a fim de atender às necessidades dos favorecidos e até porque há sanções para o descumprimento, a exemplo da fixação de elevadas multas, bloqueio de verbas públicas e menção à incorrência em crime de desobediência pelo administrador, poderá se materializar o processo de dispensa de licitação, conforme (artigo 75, inciso III e VIII da Lei Federal nº 14.133/2021), desde que atendidos os requisitos estabelecidos na legislação pertinente. Esta equipe conclui que deve-se realizar a contratação direta com dispensa de licitação, nos termos da Solução 2.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Contratação de empresa para fornecer MEDICAMENTOS e produtos cosméticos (considerado de referência), em atendimento a ordens judiciais, e as novas condenações de novembro



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

a dezembro de 2023, através de uma dispensa de licitação; com pedidos e pagamento conforme demanda da Secretaria de Saúde; com contrato válido por 180 dias.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços foi realizada com base em pesquisa prévia de mercado, conforme quadro descritivo abaixo:

ITEM	QUANT	UN	PRODUTO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	360	COM	NEOTIGASON 25mg	R\$ 3.648,00
2	6	FR	Adaptis 1% frasco	R\$ 374,94
3	6	FR	Adtil-gotas	R\$ 119,76
4	30	FR	Allegra pediátrico 6mg/mL, frasco com 60 mL	R\$ 1.071,06
5	6	FR	Cetaphil loção, frasco 473ml	R\$ 563,85
6	12	FR	Cetrilan Sabonete Líquido, frasco de 120 ml	R\$ 595,16
7	180	COM	Combodart (0,5mg de dutasterida + 0,4mg de cloridrato de tansulosina)	R\$ 662,40
8	6	FR	D-PREV 1000 ui/gt	R\$ 303,68
9	6	Uni.	Colírio Systane (10ml)	R\$ 363,00



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

10	360	COM	Donaren 50mg-	R\$ 624,60
11	180	COM	Doss 1000 UI	R\$ 261,36
12	120	Uni.	Insulina Novo Rapid Flexpen	R\$ 7.107,20
13	12	Uni.	Insulina Tresiba caneta	R\$ 2.336,93
14	48	FR	Keppra 100mg/mL	R\$ 6.967,97
15	2160	COM	Keppra 250mg	R\$ 5.110,56
16	90	COM	Lasix 40mg	R\$ 95,76
17	6	AMP	Lucentis	R\$ 18.720,38
18	6	FR	Lunah	R\$ 308,74
19	12	FR	Nasonex 0,5mg/g - spray nasal (60 atomizações)	R\$ 512,02
20	180	COM	Natrilix SR 1,5mg	R\$ 293,40
21	6	FR	Optive Colírio, frasco de 15 ml	R\$ 477,08
22	12	FR	Patanol S Colírio	R\$ 853,37
23	720	COM	Pradaxa 110mg	R\$ 4.021,20
24	360	COM	Pradaxa 150mg	R\$ 2.010,60
25	3	AMP	Prolia 60mg/mL	R\$ 2.598,12
26	180	COM	Ritmonorm 300mg	R\$ 779,40



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

27	90	FR	Somatropina 12UI	R\$ 19.548,00
28	6	FR	Spiolto 2,5mcg + 2,5mcg	R\$ 2.065,74
29	540	COM	Tegretol CR 400mg	R\$ 1.585,80
30	900	COM	Torval CR 500mg	R\$ 2.122,20
31	360	COM	Tramal liberação prolongada 100mg	R\$ 4.045,20
32	900	COM	Trileptal 300mg	R\$ 3.043,80
33	60	FR	Trileptal 6%, frasco com 100 ml	R\$ 4.419,00
34	540	COM	Trileptal 600mg	R\$ 3.406,32
35	6	FR	Triplenex 5ml 0,1mg/mL+ 1,5mg/mL+6,83m g/mL	R\$ 1.354,84
36	270	COM	Ursacol 300mg	R\$ 2.473,20
37	180	COM	Vecasten (Melilotus Officinalis)	R\$ 643,50
38	360	COM	Venalot Comprimido (cumarina, troxerrutina)	R\$ 762,48
39	12	Unid.	Venalot Creme 240ml (5 mg de cumarina e 50 UI	R\$ 837,00



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

			de heparina sódica)	
40	180	COM	Venvanse 70mg	R\$ 3.359,25
41	180	COM	Vielut 10mg	R\$ 439,92
42	180	COM	Vitalux Plus Ômega 3	R\$ 306,00
43	180	COM	Xarelto 15mg	R\$ 2.065,68
44	180	COM	Xarelto 20 mg	R\$ 2.091,96
45	360	COM	Xigduo XR 5mg/1000mg (dapagliflozina e a metformina)	R\$ 1.392,48
46	6	CX C/63	KISQALI SUCCINATO DE RIBOCICLIBE 200mg	R\$ 73.232,08
47	180	COM	Duomo HP	R\$ 737,10
48	24	UNID	Insulina Humalog lispro - refil	R\$ 3.120,24
49	360	COM	Mantidan 100mg	R\$ 443,52
50	360	COM	Eliquis 5mg	R\$ 1.858,50
51	180	COM	Proso D+ KM 2000UI	R\$ 823,05
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 214.122,71

8.2. O objeto dessa contratação será parcelada, almejando a economia em escala e o atendimento ao disposto no Art. 40, V - b e §2º, Lei 14.133/2021, que dispõe que:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

8.3. Somente poderá ser realizada a aquisição dos medicamentos que estiverem de acordo com as normas da ANVISA e será necessário a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), conforme regulamentado pela Resolução nº. 3, de 2 de março de 2011, é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos ao Governo.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não se verificam contratações correlatas vigentes nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9.2. A última tentativa de contratação foi mediante processo licitatório de nº 084/2023, o qual os itens de medicamentos classificados como de “Referência” foram frustrados.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A contratação trará economicidade e proporcionará o cumprimento das ordens judiciais que foram proferidas em desfavor do município. Além de prover ao órgão/entidade a agilidade dos produtos com pronta entrega.

11. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1. Verificar se foi atendido todos os requisitos constantes no Art. 23 da Lei nº 14.133.

11.2. Certificar se o contratado atende ao disposto ao art. 123 da Lei Orgânica municipal.

11.3. Verificar se o contratado possui todos os requisitos de habilitação contidos no Art. 62 da Lei nº 14.133.

11.4. Designar na forma da Lei representantes da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG, com a experiência necessária para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade das contratações previstas, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

12. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

12.1. O descarte inadequado de medicamentos ou insumos necessários para sua produção podem gerar os seguintes impactos:

12.1.1. Poluição do solo e recursos hídricos;

12.1.2. Interferência no metabolismo e no comportamento de organismos aquáticos;

12.1.3. Afetar também os animais ou qualquer pessoa que entre em contato com o local em que o medicamento foi descartado.

12.2. Em atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, que os produtos apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local e; mão de obra livre.

12.3. Além disso, deverá adotar princípios sustentáveis em sua cadeia de produção e fornecimento, visando o atendimento das exigências contidas na legislação federal e em consonância com os princípios de responsabilidade socioambiental que norteiam a atuação da Administração.

12.4. Ao usuário final do medicamento, orientar sobre o descarte correto da embalagem e/ou do produto caso não seja utilizado em sua totalidade, não podendo este ser reutilizado.

13. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

13.1. Lei nº14133/2021 – Lei de Licitação;

13.2. LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

13.3. RDC 653/2022, que dispõe sobre as normas de armazenagem, transporte e distribuição de produtos farmacêuticos;

13.4. Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006 - **Coefficiente** de Adequação de Preços – **CAP**.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

14.1. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1.1. Considerando que a contratação visa garantir O CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS, o bom andamento dos serviços dos equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde, possibilitando a continuidade do tratamento médico indicado a cada paciente, a equipe de



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

Planejamento da Contratação, após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, posiciona-se pela viabilidade da aquisição, com entrega parcelada, de medicamentos e produtos de “Referência”.

Pirapora, 09 de fevereiro de 2024.

Walmir Pinto De Carvalho Junior - Matrícula: 10816
Comissão de Planejamento das Contratações - SESAU



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
PIRAPORA, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E
.....

O município de Pirapora/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Antônio Nascimento, 274 – Centro, na cidade de Pirapora(MG), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 23.539.463/0001-21, neste ato representado pelo prefeito Alexandre Costa César, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº, sediado(a) na, em..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Dispensa de Licitação n.005/2024*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em fornecimento de medicamentos e produtos de “referência”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE “REFERÊNCIA”, FRUSTRADOS NO PROCESSO LICITATÓRIO 084/2023, A FIM DE CUMPRIR ORDENS JUDICIAIS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

2						
3						
..						
.						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. A autorização de Contratação Direta e/ou aviso de dispensa de licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 (centos e oitenta) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo vedada a sua prorrogação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL ([art.92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O prazo do presente contrato é de 180 dias a partir da sua assinatura, não cabendo portanto pedido de reajustamento ou restabelecimento do equilíbrio – econômico financeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É vedada a subcontratação do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima já está incluso o desconto CAP (Coeficiente de Adequação de Preços – **CAP** - Resolução **CMED** nº 4, de 18 de dezembro de 2006) assim como todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Considerando o prazo de vigência desta contratação, não se aplicam os critérios de reajuste.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *03 (três) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,05% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

2. a natureza e a gravidade da infração cometida;
3. as peculiaridades do caso concreto;
4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
5. os danos que dela provierem para o Contratante;
6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1 Não haverá obrigação de cumprimento do contrato caso a ordem judicial que motivou a aquisição seja extinta.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7 O contrato poderá ser extinto:

12.7.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.7.2 Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
120210.303.2018.4039.3339030000000 – REDUZIDO: 4205 – FONTE: 150000002

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pirapora - MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pirapora, _____ de _____ de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

ANEXO III

MODELO PROPOSTA COMERCIAL CONTRATAÇÃO DIRETA Nº xxx/2024

(Processo nº 0xxx/2024)

(preenchida em papel timbrado da proponente)

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Nome do Representante Legal:

Identidade do Representante Legal

Banco:

Contabancária:

N.º da agência:

Item	Especificação	U.N	Qtde	Preço Uni.	Preço Total
				R\$	R\$
				R\$	R\$

DECLARO compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local, data

ASSINATURA (REPRESENTANTE LEGAL OU SÓCIO PROPRIETÁRIO)

RG



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

ANEXO V

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE INIDONEIDADE, NÃO EMPREGA MENOR ART. 7º, INC. XXXIII DA CF e RELAÇÃO DE PARENTESCO CONFORME ART. 123 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A empresa _____ inscrita no CNPJ:____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a). Portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº _____, **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de proponente, sob as penas da lei, que não foi **declarada inidônea** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

DECLARA também para fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

DECLARA ainda que nenhum dos sócios desta empresa está impedido de participar deste processo por força do Art. 123 da Lei Orgânica Municipal de Pirapora, qual seja:

Art. 123 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Por ser máxima e plena verdade, firmo a presente declaração. _____

_____, em _____ de _____ de 2024.

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

ANEXO V
VALOR MÁXIMO ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº007/2024
(Processo Licitatório nº034/2024)

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE “REFERÊNCIA”, FRUSTRADOS NO PROCESSO LICITATÓRIO 084/2023, A FIM DE CUMPRIR ORDENS JUDICIAIS.

ITEM	QUANT.P/ 180 DIAS	UN	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.	360	COM	NEOTIGASON 25mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 9,44	R\$ 3.398,40
2.	6	FR	Adaptis 1% frasco EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 59,37	R\$ 356,22
3.	6	FR	Adtil-gotas EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 19,65	R\$ 117,90
4.	30	FR	Allegra pediátrico 6mg/mL, frasco com 60 mL EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 36,09	R\$ 1.082,70
5.	6	FR	Cetaphil loção, frasco 473ml. EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 93,98	R\$ 563,88
6.	12	FR	Cetrilan Sabonete Líquido, frasco de 120 ml EXCLUSIVO ME, EPP OU	R\$ 53,78	R\$ 645,36



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

			EQUIPARADA		
7.	180	COM	Combodart (0,5mg de dutasterida + 0,4mg de cloridrato de tansulosina) EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 3,68	R\$ 662,40
8.	6	FR	D-PREV 1000 ui/gt EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 50,61	R\$ 303,66
9.	6	Uni.	Colírio Systane (10ml) EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 65,38	R\$ 392,28
10.	360	COM	Donaren 50mg- EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 1,63	R\$ 586,80
11.	180	COM	Doss 1000 UI EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 1,45	R\$ 261,00
12.	120	Uni.	Insulina Novo Rapid Flexpen EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 80,90	R\$ 9.708,00
13.	12	Uni.	Insulina Tresiba caneta EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 194,74	R\$ 2,336,88
14.	48	FR	Kepra 100mg/mL- EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 145,17	R\$ 6.968,16
15.	2160	COM	Kepra 250mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 2,37	R\$ 5.119,20
16.	90	COM	Lasix 40mg EXCLUSIVO ME, EPP OU	R\$ 1,06	R\$ 95,40



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

			EQUIPARADA		
17.	6	AMP	Lucentis EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 3.120,06	R\$ 18.720,36
18.	6	FR	Lunah EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 51,85	R\$ 311,10
19.	12	FR	Nasonex 0,5mg/g spray nasal (60 atomizações) - EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 63,04	R\$ 756,48
20.	180	COM	Natrilix SR 1,5mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 1,63	R\$ 293,40
21.	6	FR	Optive Colírio, frasco de 15 ml EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 82,93	R\$ 497,58
22.	12	FR	Patanol S Colírio EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 71,11	R\$ 853,32
23.	720	COM	Pradaxa 110mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 5,59	R\$ 4.024,80
24.	360	COM	Pradaxa 150mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 5,59	R\$ 2.012,40
25.	3	AMP	Prolia 60mg/MI EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 921,66	R\$ 2.764,98
26.	180	COM	Ritmonorm 300mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 4,33	R\$ 779,40
27.	90	FR	Somatropina 12UI EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 202,12	R\$ 18.190,80



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

			EQUIPARADA		
28.	6	FR	Spiolto 2,5mcg + 2,5mcg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 344,29	R\$ 2.065,74
29.	540	COM	Tegretol CR 400mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 2,94	R\$ 1.587,60
30.	900	COM	Torval CR 500mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 2,36	R\$ 2.124,00
31.	360	COM	Tramal liberação prolongada 100mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 10,07	R\$ 3.625,20
32.	900	COM	Trileptal 300mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 3,18	R\$ 2.862,00
33.	60	FR	Trileptal 6%, frasco com 100 mL EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 71,85	R\$ 4.311,00
34.	540	COM	Trileptal 600mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 5,95	R\$ 3.213,00
35.	6	FR	Triplenex 5ml 0,1mg/mL+ 1,5mg/mL+6,83mg/mL EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 225,81	R\$ 1.354,86
36.	270	COM	Ursacol 300mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 9,16	R\$ 2.473,20
37.	180	COM	Vecasten EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 3,74	R\$ 673,20
38.	360	COM	Venalot Comprimido	R\$ 2,12	R\$ 763,20



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

			(CUMARINA, TROXERRUTINA) EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA		
39.	12	Unid.	Venalot Creme 240ml (5 mg de cumarina e 50 UI de heparina sódica) EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 67,92	R\$ 815,04
40.	180	COM	Venvanse 70mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 18,66	R\$ 3.358,80
41.	180	COM	Vielut 10mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 2,44	R\$ 439,20
42.	180	COM	Vitalux Plus Ômega 3 EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 1,70	R\$ 306,00
43.	180	COM	Xarelto 15mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 11,48	R\$ 2.066,40
44.	180	COM	Xarelto 20 mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 11,62	R\$ 2.091,60
45.	360	COM	Xigduo XR 5mg/1000mg (dapagliflozina e a metformina) EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 3,96	R\$ 1.425,60
46.	378	COM	KISQALI SUCCINATO DE RIBOCICLIBE 200mg EXCLUSIVO ME, EPP OU	R\$ 243,30	R\$ 91.967,40



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2024.

			EQUIPARADA		
47.	180	COM	Duomo HP EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 4,10	R\$ 738,00
48.	24	UNID	Insulina Humalog lispro – refil EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 149,71	R\$ 3.593,04
49.	360	COM	Mantidan 100mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 1,23	R\$ 442,80
50.	360	COM	Eliquis 5mg EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 4,93	R\$ 1.774,80
51.	180	COM	Proso D+ KM 2000UI EXCLUSIVO ME, EPP OU EQUIPARADA	R\$ 5,34	R\$ 961,20
TOTAL ESTIMADO					R\$ 216.835,74